

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO

Silvania Maria da Silva Gil¹

Maria de Fátima Barbosa Abdalla²

Financiamento: CAPES

INTRODUÇÃO

Este trabalho, apresenta uma breve análise dos aspectos legais da política brasileira de educação, na perspectiva da educação Inclusiva e dos Direitos Humanos. Para contextualizar a temática, destaca-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, estabelece a proteção universal dos direitos humanos, constituindo como inalienável o fundamento à liberdade, à justiça e à paz no mundo. E seu art. 26 dedica-se aos cuidados com a Educação, preconizando-se que todos têm direito a ela e que dela emerge o favorecimento à compreensão, à tolerância e à amizade.

Na busca de fundamentação da justiça, da tolerância e do direito à educação, também, em 2006, foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Nesse instrumento as pessoas com deficiência esquadriavam a efetivação de seu direito à justiça, à tolerância e à educação por meio da expressão do seu desejo de plena participação na sociedade e em igualdade de oportunidades.

Neste contexto histórico, desde 1990, o Brasil vem acompanhando esses marcos e tem trabalhado na elaboração de legislações próprias que garantam os direitos das pessoas com deficiência, e em especial o direito à educação inclusiva. Em 2009, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), com valor de emenda constitucional, buscando, dessa forma, garantir melhores condições de vida às pessoas que apresentam alguma deficiência. Seguindo nessa linha de cuidados e garantia de direitos, acompanhando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o governo brasileiro implanta como política pública a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (BRASIL, 2008).

¹ Mestranda em Educação da UniSantos, SP. silvaniasilva.psico@gmail.com;

² Professor orientador: Profa. Dra. Maria de Fátima Barbosa Abdalla. UniSantos, SP. mfabdalla@uol.com.br

De acordo com os marcos históricos citados, esse trabalho tem como objetivo central analisar pesquisas desenvolvidas no campo da educação inclusiva e que se articulem com os estudos realizados no âmbito da Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 2012). Este estudo está inserido em uma pesquisa maior intitulada “Representações sociais sobre a prática pedagógica: educação inclusiva nos anos finais do ensino fundamental”.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Em relação à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se desenvolve em duas fases: 1ª a *pesquisa bibliográfica*, com objetivo exploratório de investigar estudos e pesquisas no âmbito da educação inclusiva e dos direitos humanos; e 2ª a *pesquisa de campo*, que terá duas etapas: observação de aulas de professores da rede pública da Baixada Santista, conforme a técnica de observação (ALTET, 2017) e *entrevistas semiestruturadas* com os respectivos professores.

Na *primeira* fase, nas plataformas de pesquisa foram encontrados 289 trabalhos, dos quais foram selecionados dez, entre os anos de 2008 a 2018, que atendem mais precisamente aos pressupostos da pesquisa. O foco foi identificar as representações sociais que os professores têm sobre a educação inclusiva, principalmente no que se refere ao estudante com deficiência (LIMA, 2011), fundamentados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Ainda há poucos trabalhos relativos às representações sociais sobre educação inclusiva que atenda especificamente estudantes com deficiência. Dentro dos trabalhos selecionados, foi feita uma análise mais minuciosa, buscando termos como “pessoa com deficiência”, “política de educação inclusiva”, “inclusão”, “anos finais do ensino fundamental” todos relacionados ao ensino comum, na escola regular, para saber se fato atendiam ao objetivo inicial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a noção de *inclusão* é fundamental, pois a mesma enfatiza, como apontam Almeida e Abdalla (2017, p. 5), “[...] a necessidade de se alcançar uma educação par todos, centrada no respeito e valorização das diferenças”. Entende-se, também, que a inclusão precisa fazer parte da democratização do ensino, possibilitando o acesso à educação, à escola, ao conhecimento e a uma educação de qualidade, considerando as necessidades individuais dos estudantes. Com isso, é preciso, complementam as autoras, “criar ambientes de

aprendizagem que sejam versáteis, bem como incentivar a cooperação entre diversos profissionais para o desenvolvimento de práticas de ensino inclusivas e colaborativas” (p. 6). E, é neste sentido, que consideramos importante compreender o que pensam os professores a respeito da educação inclusiva por meio de suas representações sociais.

Neste sentido parte-se, assim, do conceito de *representação social*, definido por Moscovici (2012, p. 26), como: “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. O que significa que as representações sociais conseguem “incutir um sentido ao comportamento”, integrando-o a uma rede de relações, que se traduz por opiniões, imagens, retratando, enfim, a “posição e a escala de valores de um indivíduo ou de uma coletividade” (p.49)). Tais estudos revelam os seguintes elementos representacionais: a) os professores não se sentem preparados para atender aos estudantes com deficiência matriculados na rede regular (ABDALLA, 2016); b) há necessidade de se promover momentos de discussão das experiências no coletivo (PINCOLINE, 2008; MODESTO, 2008; BARBOSA, 2014); c) reforçam a imagem do estudante com deficiência como alguém que tem “falta” ou “ausência” de alguma coisa ou de capacidade, acentuando crenças, convenções e a tradição da cultura escolar (MODESTO, 2008; BARBOSA, 2014); d) revelam posturas contraditórias, pois, ao mesmo tempo, que apoiam e incentivam a inclusão, manifestam dúvidas, negação e atitudes contrárias (MOREIRA, 2012); e) para eles, um aluno que apresenta deficiência é um “estranho” e está fora do seu universo habitual (VASCONCELOS, 2008).

Depreende-se desses estudos que existe um mundo, para uns professores, em que os estudantes com deficiência podem estar juntos com os demais; para outros, um mundo onde eles devam estar segregados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as representações sociais dos professores sobre a educação inclusiva, as pesquisas enfatizam que eles têm necessidade de um aporte teórico, pois a maioria sequer conhece a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e suas diretrizes, principalmente no que tange ao direito de cada um aprender de acordo com sua capacidade e de estarem em ambientes inclusivos nas escolas comuns. Também, indicam a importância de se promover trocas de experiências e integrar um trabalho mais coletivo, para que se superem as dificuldades encontradas.

Demonstram, ainda, que é preciso buscar caminhos para amenizar a angústia, a insegurança e a sobrecarga de trabalho dos professores. Nesta perspectiva a educação inclusiva sendo um direito do estudante com deficiência, cabe a nós, comunidade escolar, buscar caminhos para sua concretização, através de uma prática pedagógica que seja mais humana e possibilite a cada um desenvolver-se de acordo com suas capacidades.

Por fim, destaca-se, também, que a pesquisa de campo, ainda inicial, revela elementos representacionais de relacionamento afetivo que, muitas vezes, já são erroneamente considerados pelos docentes como suficiente para a promoção da inclusão escolar, conforme revelado na pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: educação inclusiva; direito; representações sociais.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, A. P. Representações de professores sobre a inclusão escolar. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. São Paulo: UNESP, 2016.

ALMEIDA, P. C.A.; ABDALLA, M. F. B. Formación Inicial de Docentes, Políticas de Inclusión y desarrollo de las Competencias Siglo XXI en Brasil. *Informe Estrategia Regional sobre Docentes*. OREALC: UNESCO Brasil, 2017.

ALTET, M. A observação das práticas de ensino efetivas em sala de aula: pesquisa e formação. *Cadernos de Pesquisa*. v.47, n. 166, p.1196-1223, out/dez., 2017.

BARBOSA, K. A. M. Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre a aprendizagem de estudantes com deficiência em escolas inclusivas. *Dissertação*. (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2014.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, de 26 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

MODESTO, V. M. F. Inclusão Escolar: um olhar para a diversidade: as representações sociais de professores do ensino fundamental da rede pública sobre o aluno com necessidades educacionais especiais. *Dissertação* (Mestrado). Universidade de Brasília, 2008.

LIMA, R. C. D. S. Representações Sociais de um grupo de professores sobre educação inclusiva. *Dissertação* (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 2011.

MOREIRA, G. E. Representações Sociais de professoras e professores que ensinam matemática pelo fenômeno da deficiência. *Tese* (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica: PUC/ SP, 2012.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

PINCOLINE, R. F. O. As representações sociais dos professores sobre a avaliação dos alunos incluídos na rede pública regular de ensino em Santa Maria. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2008.

VASCONCELOS, K. M. Convivendo com a alteridade: representações sobre o aluno com deficiência no contexto da educação inclusiva. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFP, 2008.